



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 34 - Nº 1.765 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 29 DE OUTUBRO
A 4 DE NOVEMBRO DE 2023

WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ENTREVISTA

RAFAEL GOUVEIA

Presidente da Emater

Pré-candidato a prefeito de Senador Canedo, Gouveia reforça projeto do Republicanos

Divulgação

CÂMARA

CCJ aprova emendas ao novo Código de Posturas



Divulgação

Redução da área de preservação permanente de córregos de 50 para 30 metros e da exigência de licença na Amma e Comurg para resíduos de saúde foram aprovadas.

Página 7

MEIO AMBIENTE

Apenas 25% das barragens em Goiás estão no Sistema



O cadastro é obrigatório e quem não se regularizar pode ser multado em até R\$ 50 milhões. Estado tem mais de 40 mil barragens.

Página 10



Partido busca lideranças de perfil conservador e viabilidade eleitoral para fortalecer a legenda em Goiás.

Páginas 4 e 5

VASSIL OLIVEIRA

Caiado põe Darrot no jogo em Goiânia e ganha tempo e mais controle

A base governista passa a ter um nome do MDB, além do de Bruno Peixoto; e põe freio nas conversas sobre o aval do governador a Vanderlan Cardoso.

Página 3

VAREJO

Trabalhadores de aplicativos ganham menos e trabalham mais

A pesquisa do IBGE revela a precarização do trabalho dos motoristas e motoboys que atuam por meio de aplicativos.

Página 12



Divulgação

Goiás se destaca com alta participação no Enem

77% dos estudantes goianos que concluíram o ensino médio se inscreveram no exame. A média nacional é de 52%.

Página 11

TRIBUNA JURÍDICA

Goiana na lista ao TRF

A advogada Liz Marília Mendonça integra a lista sêxtupla do Conselho Federal da OAB para preenchimento de duas vagas no TRF-1.

Página 6

JUSTIÇA

TST reconhece vínculo empregatício

A decisão deve ser levada ao STF, que deve seguir a tendência mundial de negar o vínculo de emprego entre os trabalhadores e as plataformas.

Página 6

EDITORIAL

Posturas da Câmara

A Câmara Municipal está votando um projeto que tem grande importância para todos que vivem em Goiânia e que serão, em alguma medida, afetados por ele: o Código de Posturas. O projeto original enviado pelo prefeito Rogério Cruz recebeu emendas dos vereadores, em consonância com os setores que eles representam. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante do Legislativo, apreciou 14 das 37 emendas apresentadas por eles, para alterar 41 artigos.

Faltam ainda 23 emendas para serem votadas, relativas a dispositivos importantes do Código de Posturas. Mas uma das emendas aprovadas pela CCJ causa preocupação porque mexe em um assunto sensível para toda a população: o meio ambiente. Apesar de ter sido rejeitada pela relatora, vereadora Sabrina Garcez, e de não constar no relatório, a emenda que reduz em 40% as áreas de preservação permanente dos já tão devastados cursos d'água de Goiânia foi aprovada pela CCJ.

O autor da proposta, o controverso Sargento Novandir conseguiu apoios para apresentá-la em destaque e aprová-la no colegiado. Ele justifica que se trata de uma adequação da legislação municipal à federal. O fato é que o assunto é sério, deverá ser alvo de questionamento judicial e pode trazer insegurança e prejuízos. De todos os tipos, principalmente os relativos ao meio ambiente, um direito fundamental e difuso.

Ainda há muitas alterações a serem votadas pelos vereadores ao projeto do Código de Posturas de Goiânia, inclusive relativas ao Plano Diretor, também construído e costurado para atender a interesses diversos, uma lei muito necessária. É de esperar que os cidadãos usem os instrumentos de acompanhamento e, principalmente, de controle legislativo. Pelo bem da cidade.

ARTIGO

Pela juventude, pelo Brasil

De grande significância e uma das principais ferramentas para melhorar a competitividade nacional e as condições de vida humana, a educação profissional e tecnológica pode fazer muito mais do que refletir na retomada do crescimento econômico. Ela é considerada um meio de geração de oportunidades e renda para profissionais, sobretudo para a parcela jovem, que está chegando ou conquistará, em breve, posições ocupacionais no mercado de trabalho.

O olhar voltado para o ensino profissionalizante se torna ainda mais importante neste momento, quando se fala em transformação no mundo do trabalho e profissões futuras.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem permitido maior atuação dos jovens no mercado, concedendo a eles o passe para a construção de seus futuros, possibilitando a escolha da profissão que melhor responde aos seus anseios ou perfis.

Investir em educação profissional é ampliar as condições para a largada do crescimento nacional e das pessoas, sobretudo os jovens de maior vulnerabilidade. A educação profissionalizante se configura para eles o primeiro passo para um plano de carreira, que não exclui a conquista de uma formação superior. Um técnico, além de alcançar uma rápida inserção no trabalho, responde

ARTIGO

O papel da Ouvidoria no setor público

Ao longo das últimas décadas, percebe-se que o setor público vem passando por um significativo processo de modernização e, no que se refere às demandas daqueles que o buscam, ou seja, o atendimento das necessidades do cidadão, nota-se grandes avanços relacionados à constante busca de uma gestão mais democrática e participativa. O cidadão, nesse processo, torna-se um dos atores principais e tem ocupado um lugar central em muitas democracias da atualidade.

A ouvidoria, em especial no setor público, quer seja nas esferas de governo (União, estados, municípios e Distrito Federal) e/ou poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), é um importante canal de comunicação do cidadão com a administração, consolidando-se como crucial instrumento da democracia participativa e do controle social.

Alguns exemplos de estrutura de ouvidoria no setor público, em especial no município de Goiânia, podem ser citados: no Poder Executivo, tratando-se da Prefeitura de Goiânia, a Ouvidoria é uma estrutura integrante do órgão central de controle interno (Controladoria-Geral do Município), sendo a ponte entre o cidadão e o gover-

no municipal. Por meio da Ouvidoria, o cidadão poderá fazer denúncia, reclamação, sugestão e pedido de acesso à informação. Os atendimentos acontecem por várias modalidades, seja pela internet, por e-mail, pessoalmente ou por telefone.

No Poder Legislativo, temos a Câmara Municipal de Goiânia, e não é diferente. Trata-se de um espaço também reservado para que o cidadão possa manifestar sua opinião, julgamento, dúvida ou preferência sobre qualquer serviço público oferecido pelo município ou sobre a atuação de seus agentes e servidores, recebendo respostas institucionais sobre suas manifestações.

Por fim, no Poder Judiciário temos o Tribunal de Justiça de Goiás, cujo objetivo da Ouvidoria é, a partir da manifestação do cidadão, melhorar a qualidade do atendimento do Tribunal, identificar os gargalos e propor ações corretivas que possam se transformar em atendimento de excelência.

Ouvir é um sentido e uma das ações humanas mais essenciais e fundamentais na comunicação, constituindo-se em uma atividade relevante quando se trata de ações utilizadas pelos gestores na prestação de contas.

Dessa forma, o papel da ouvi-

doria não é discordar do órgão/entidade na defesa do cidadão, mas garantir que as demandas da sociedade sejam consideradas e tratadas à luz das garantias constitucionais e legais, atuando no sentido de recomendar ações necessárias ao efetivo funcionamento da administração pública, resolvendo um grande gargalo da nação brasileira, que é a necessidade de entrega de melhores produtos à população.

Em síntese, as tarefas das ouvidorias públicas consistem no recebimento, exame e encaminhamento de reclamações, elogios, sugestões e denúncias aos órgãos e entidades da Administração Pública, no qual os atendimentos, em ambos os poderes, são realizados por equipe habilitada e os serviços disponibilizados pelo canal funcionam de maneira integrada.



Colemar José de Moura Filho
é Controlador-Geral do Município de Goiânia



*Aletheia Cruz, é diretora de Desenvolvimento e Avaliação do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia da Universidade Federal de Goiás (CETT-UFG)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Moraes Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@yahoo.com.br

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

Caiado põe Darrot no jogo em Goiânia e ganha tempo e mais controle

Vassil Oliveira
vassiloliveira@gmail.com



Hoje, o pré-candidato do governador Ronaldo Caiado (União Brasil) à prefeitura de Goiânia é o empresário e ex-prefeito de Trindade Jânio Darrot (MDB). Coisa de pouco mais de uma semana para cá. Darrot é um líder consolidado em sua cidade e novidade como alternativa na Capital. Quem o colocou no jogo foi justamente Caiado.

Com Darrot entre os possíveis pré-candidatos, a base governista passa a ter dois nomes. O outro é o presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (União). Bruno foi pego de surpresa, como deixaram claro assessores seus durante a semana passada. Ele trabalha para ser "o" abençoado pelo governador. E aí é que está: se a base já tem Bruno, por que Darrot? As explicações são amplas e mostram um lance estratégico de xadrez político.

Há muito se sabe da contrariedade de Caiado com o movimento de Bruno Peixoto para ser candidato. E inclusive de conversas duras entre os dois com aconselhamento ao deputado a ficar onde está. Bruno quer mais poder? Eis a questão que surge nas conversas internas de aliados. Como Ana Paula Rezende (MDB) anunciou que não



será pré-candidata e Gustavo Mendanha (MDB?) pode não se viabilizar a tempo por ter exercido dois mandatos seguidos em Aparecida, a base governista volta ao jogo com um nome do MDB, aval do governador e alternativa a Bruno.

Não só isso. Com Darrot no jogo, Caiado também põe um freio nas conversas de que o senador Vanderlan Cardoso (PSD) já estaria a um passo de ter seu apoio. Dificilmente terá, essa a mensagem dos mais próximos do governador. Caiado também ganha tempo, quem sabe

para Gustavo conseguir se viabilizar ou ele convencer Ana Paula Rezende a voltar ao jogo. Ela sempre foi apontada como seu nome preferido. Seu e do vice-governador e presidente estadual do MDB, Daniel Vilela.

Darrot tem credibilidade para ser citado como possível candidato em Goiânia. O fato de não ser conhecido não é nem impeditivo, nem um peso. Com tantos nomes na disputa e quase todos com baixa intenção de voto, neste momento, há tempo para trabalhar-se o nome de Darrot e apresentá-lo

exatamente como uma novidade. E ele se encaixa como uma luva no principal quesito da população para escolher o novo prefeito da capital: ser bom gestor. A seu favor, contam dois mandatos muito bem avaliados em Trindade.

Darrot pré-candidato a prefeito é ainda a demonstração clara de que Caiado controla e vai controlar enquanto puder o jogo eleitoral em Goiânia. Outro tempo que o governador ganha: para ver como fica sua articulação de olho na candidatura a presidente da República. Muito chão ainda.

Governador está longe de dar xeque-mate

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) pode apoiar Jânio Darrot (MDB), Bruno Peixoto (UB), Vanderlan Cardoso (PSD) - o mais difícil de acontecer - e nada impede que apoie um outro nome do Republicanos ou do PL. As especulações de que ele pode se transferir para um destes dois últimos partidos são reais e, a depender do desenrolar dos fatos até julho do ano que vem, são reais e capazes de mudar o rumo de sua decisão final.

Caiado não esconde de ninguém que o seu maior

desejo é ser candidato a presidente da República, pelo União Brasil, Republicanos, PL ou até outro partido com capilaridade nacional. Se este é o seu alvo principal, a prefeitura é meio, não fim. A negociação para o seu apoio ano que vem, portanto, passa muito mais por uma composição que o favoreça em 2026 do que por qualquer outra coisa.

Colocar mais um pré-candidato da base governista em Goiânia passa a ser jogada estratégica, para que ele possa deixar o tempo correr e dialogar

com todos. Sem falar que deflagrar uma pré-campanha neste momento, a um ano da eleição, é tudo que um governo não precisa, porque também vira alvo. Aliás, algo que Bruno Peixoto parece não ter compreendido ao acelerar a corrida interna para escolha de seu nome como candidato. Bom para ele, péssimo para Caiado.

Caiado não brinca quando diz que articula para disputar a Presidência. É a sua última oportunidade. Não vai recuar fácil. E para tentar se viabilizar vai fazer as

jogadas que entender necessárias. Vai aliar-se a quem for preciso ou eliminar quem estiver atrapalhando. Nem o PT, o escolhido adversário, escapa de seus lances. E como pesquisas mostram sua avaliação nas alturas em Goiás, usará este capital eleitoral para mexer nas pedras do tabuleiro goiano e goianiense, ou remover as que forem necessárias, sem pensar duas vezes.

A mensagem: não olhem para o tabuleiro com Caiado vendo jogo de damas; é xadrez e jogo de vida ou... fim.

ELEIÇÕES 2024

O quarteto goiano de bolsonaristas "raiz"

Andréia Bahia

Por 323 votos a favor, 119 contra e uma abstenção, a Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 25, o projeto de lei de taxação dos super-ricos e das offshores. Dos 17 deputados federais goianos, Gustavo Gayer (PL), Professor Alcides (PL), Zacharias Calil (UB) e Márcio Correa (MDB) votaram contra, e as deputadas Magda Mofato (Patriota) e Marussa Boldrin (MDB) não registraram votos.

O PL recomendou o voto contrário, mas o deputado goiano Daniel Agrobom (PL) votou a favor do projeto. Ele faz parte do grupo de parlamentares de oposição que vota a favor do governo. Tecnicamente, a oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva é feita pelo Partido Liberal, que tem 98 deputados, e pelo Novo, com três parlamentares. De acordo com as votações, no PL, 10 deputados estão mais alinhados ao governo e 11 têm uma postura mais independente. Gayer e Professor Alcides estão entre os fiéis à orientação do partido.

Todavia, os votos contra o projeto que mais chamam a atenção foram o do médico Zacharias Calil e do empresário Márcio Correa, de legendas da base do governo. O União Brasil contabilizou 14 votos contrários, o PP contabilizou 10, o MDB cinco, o PSD dois e o Republicanos quatro.

Márcio Correa, empossado deputado em agosto com a licença de Célio Silveira (MDB), faz parte do grupo de dez deputados que pretende lançar a ala do "MDB bolsonarista" na Câmara. Se intitula um conservador nos costumes liberal na economia. Zacharias Calil foi eleito em 2018 na onda bolsonarista e nunca deixou de surfar nela, apesar da perda de mais de 63 mil votos na reeleição, em 2022. Afirma ser antipetista, mas na Câmara é considerado um defensor das pautas bolsonaristas.

Magda Mofatto é antipetista de carteirinha e Marussa Boldrin representa o agronegócio, que caminha para aderir ao governo, mas ainda resiste aos apelos de Lula.

ENTREVISTA

“Eu aceitei o desafio de disputar a eleição em Senador Canedo”

A participação na eleição majoritária em Senador Canedo faz parte do projeto do Republicanos de fortalecimento da legenda em Goiás, que está aberto a pré-candidatos com viabilidade eleitoral e que comuniquem das mesmas ideias conservadoras da sigla. Na presidência da Emater, Gouveia vem trabalhando na reestruturação da autarquia, inclusive anunciou que há estudos em andamento para a realização de um novo concurso público para recompor o quadro técnico. Segundo ele, se hoje o estado de Goiás é referência no agronegócio, grande parte disso deve-se à atuação dos servidores da Emater.

TRIBUNA DO PLANALTO

A estrutura de apoio à produção rural em Goiás é composta por vários órgãos, como a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Agrodefesa, a Emater, além das instituições federais. Como esses órgãos se integram e qual a função da

Emater nessa estrutura?

RAFAEL GOUVEIA

A Secretaria de Estado de Agricultura coordena as ações e ela tem a Emater, a Agrodefesa e a Ceasa como jurisdicionadas, tendo em vista que somos autarquias e a Ceasa é uma empresa pública. A agrodefesa é responsável pela defesa sanitária da agropecuária no estado, através de seus fiscais e legislações, e a nossa instituição, a Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, tem a responsabilidade de levar a assistência técnica aos produtores rurais, capacitação, inovação e também dar todo auxílio através da extensão rural, que é identificar as famílias, as dificuldades que têm enfrentado no campo. Os nossos extensionistas são esse elo, levando não só as atividades da Emater, mas também outras atividades que o estado oferece para auxiliar essas famílias. Temos também a parte de pesquisa agropecuária e nossos pesquisadores têm feito pesquisas e, através das extensão rural, levamos essas inovações e novas tecnologias ao produtor rural.

Por que a Emater em Goiás foi desativada e por que esse governo decidiu reativá-la?

No ano que vem ela completará 64 anos e, durante sua existência, passou por altos e baixos, já foi uma empresa pública, depois passou a ser apenas uma parte dentro da Secretaria da Agricultura, posteriormente virou uma



Rafael Gouveia

Presidente da Emater



“Nosso objetivo maior é realizar um novo concurso público para fortalecer ainda mais o nosso quadro técnico de servidores e termos condições cada vez maiores de atender o produtor.”

autarquia e, por um tempo, foi praticamente desativada. Pegaram toda a estrutura do Emater e ela se tornou apenas uma superintendência dentro da secretaria. Posteriormente, voltou a ser uma instituição estadual, com autonomia administrativa e financeira. Nesse governo, Ronaldo Caiado tem investido muito na Emater e estamos passando por um momento de reestruturação para cada vez mais atender os produtores rurais. Se hoje o estado de Goiás é referência no agronegócio, grande parte disso devemos à atuação dos servidores da Emater.

O que foi feito nesse processo de reativação?

Hoje temos uma sede própria, que acredito ser a melhor estrutura de Emater do Brasil inteiro e de secretaria do estado do governo. A nossa estrutura fica aqui no Campus da UFG, no

Samambaia, e é realmente magnífica. Nosso desafio agora é avançar com o nosso corpo técnico, e, para resolver isso de forma mais imediata, o governador liberou a contratação de 120 técnicos no formato de contrato temporário. No ano passado foram convocados 57 e agora vamos convocar 63. O processo seletivo já está em andamento, as inscrições já foram encerradas e agora vamos passar para a etapa de seleção para que esses técnicos comecem suas atividades a partir de janeiro. Estamos já com projeto também bem avançado e acredito que no ano que vem começaremos também a reestruturar nossos escritórios nos municípios, tendo em vista que hoje temos escritórios em 203 municípios e queremos fazer esse trabalho de reestruturação desses escritórios e também a modernização da frota de veículos. Nosso objetivo maior é

realizar um novo concurso público para fortalecer ainda mais o nosso quadro técnico de servidores e termos condições cada vez maiores de atender o produtor.

Sobre o concurso público, já foi solicitado e se encontra em alguma fase de realização?

Estamos em fase de estruturação do novo plano de carreiras e cargos para poder ter um concurso público. Já tivemos várias discussões com a Secretaria de Administração, passamos para eles o que seria a nossa demanda, tanto na atividade-fim nossa, os extensionistas, como da área de pesquisa e estamos nessa fase de estruturação para depois irmos para a fase final, que é discutir a viabilidade orçamentária e financeira do estado para ver a quantidade de servidores que no primeiro momento vamos conseguir convocar via concurso público.

Na área de pesquisa, quais foram os últimos avanços da Emater?

Nós sempre trabalhamos em parceria muito forte com a Embrapa aqui do estado e temos alguns cultivares de milho e de feijão que já foram lançados e a pesquisa mais recente foi a do pequi sem espinho, que tem sido um sucesso no Brasil inteiro, vários estados têm nos procurado para conhecer. Temos o maior banco de germoplasma de pequi do mundo, são aproximadamente mil pés de pequi em produtividade com quase 500 espécies diferentes. De fato, uma pesquisa que avançou muito e estamos disponibilizando esses cultivares, essas novas tecnologias de replicação de mudas para os produtores rurais para que eles tenham todo esse material a disposição deles.

Qual a participação da Emater no PAA?

O Programa de Aquisição de Alimentos é todo executado pela Emater. São os nossos técnicos que cadastram as propostas dos produtores rurais, que mobilizam os produtores rurais dos municípios e nas regiões para que, posteriormente, o estado faça a aquisição desses produtos, que são destinados a entidades filantrópicas e aos Cras (Centro de Referência de Assistência Social) dos municípios. Fizemos recentemente o lançamento do PAA estadual, que é 100% executado com recursos do estado oriundos do Protege (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás), que é coordenado pela primeira-dama, Gracinha Caiado. Nesta edição do PAA, mais de 800 produtores rurais foram atendidos e milhares de famílias receberão esses alimentos direto do campo, trazendo cada vez mais segurança alimentar e também matando a fome de muita gente.

A Emater realizou agora seu segundo mutirão, em Leopoldo Bulhões. Por que decidiram adotar o modelo de mutirão na extensão rural?

Temos ainda um déficit grande de servidores e técnicos nos municípios, onde na maioria temos um ou dois técnicos e não conseguimos atender toda a demanda do município. Esse é um projeto da nossa gestão, a partir do qual uma vez por mês escolhemos uma região do estado onde fazemos esse trabalho em formato de mutirão. Para o mutirão, deslocamos técnicos de outras cidades e de outras

regionais e, durante uma semana, realizamos várias atividades naquele município e naquela região para atender o máximo possível de produtores. Um dos focos maiores nesses mutirões têm sido os cursos de capacitação ministrados durante toda a semana em diversas regiões da cidade e das cidades circunvizinhas e, no sábado, encerramos com a entrega de certificados e levamos também outros serviços, como a emissão de CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), projetos de crédito rural, que são executados pelos nossos técnicos, doação de mudas, atendimentos de outras secretarias, e as prefeituras também disponibilizam seus serviços. Finaliza sempre em um sábado com uma grande festa e atendimentos à população. Tem sido realmente uma ação importante e agora mesmo, em Leopoldo de Bulhões, durante a semana, conseguimos capacitar aproximadamente 120 pessoas, que saíram de lá capacitados em diversos cursos.

Em Goiás há uma grande desigualdade regional em relação à produção rural. A Emater considera essa desigualdade em seus projetos?

O trabalho da Emater é levar assistência aos produtores oriundos da agricultura familiar, que são os pequenos produtores, e sabemos da dificuldade deles em ter acesso à inovação e tecnologia. Um exemplo da doação da Emater para avançarmos na questão da desigualdade regional é o grande projeto - que a Emater tem uma participação significativa - do polo de fruticultura do Vão do Paranã. O governador Ronaldo Caiado quer que façamos do Nordeste goiano o maior polo de fruticultura do Brasil. Já estamos com ações avançadas e acredito que ainda neste ano vamos fazer um lançamento oficial, porque já temos dez propriedades-piloto que já estão com quase tudo pronto, com as mudas já plantadas e, daqui a um tempo, já terão as primeiras produções. Nosso objetivo é lançar mais um chamamento público para mais 140 propriedades aproximadamente e, posteriormente, avançar no máximo que conseguirmos de produtores rurais para fazermos daquela região o maior polo de fruticultura do Brasil.

O senhor vai disputar a eleição para prefeito de Senador Canedo?

O partido (Republicanos) me fez esse convite, para eu



colocar meu nome à disposição na cidade de Senador Canedo, tendo em vista que, enquanto deputado estadual, fui o parlamentar que mais destinou recursos para cidade e a base eleitoral forte que temos no município e eu aceitei o desafio. É claro que a eleição majoritária não é uma eleição proporcional. Uma eleição majoritária depende de toda uma circunstância, da aglutinação de apoios, de lideranças e é o que tenho feito agora, conversado com diversas lideranças do município para entender o cenário e, no momento certo, tomar a decisão em favor da cidade de Senador Canedo, que sabemos o grande potencial que tem para avançar.

O senhor tem domicílio eleitoral em Senador Canedo?

Não, eu não tenho domicílio em Senador Canedo ainda, mas já estamos nos preparando para isso.

Qual é o projeto do Republicanos para as eleições de 2024 em Goiás?

O projeto do Republicanos é lançar candidatura majoritária no máximo de municípios possíveis e já temos feito esse trabalho, conversado com os principais pré-candidatos dos municípios, colocando o partido à disposição. Naturalmente, quando se lança um grande número de candidatos majoritários às prefeituras dos municípios, vamos trabalhar de todas as formas para eleger o máximo possível. Esse é o projeto do Republicanos, de fortalecimento em todo o estado de Goiás. O nosso presidente, prefeito Roberto Naves, tem se dedicado a isso e acreditamos que o Republicano sairá das eleições de 2024 ainda mais fortalecido.

O projeto do Republicanos é lançar candidatura majoritária no máximo de municípios possíveis e já temos feito esse trabalho, conversado com os principais pré-candidatos dos municípios, colocando o partido à disposição.

Há alguma região de Goiás que seja prioridade? A Região Metropolitana de Goiânia é uma delas?

É claro que se encontramos nomes com viabilidade política nas principais cidades da região metropolitana, como no Entorno de Brasília e no Sudoeste goiano, vamos priorizar esses municípios. Mas é lógico que em qualquer município que identificarmos candidatos com viabilidade política e que tenham interesse em vir para o partido, vamos trabalhar e atuar nesse sentido. Posso citar o exemplo de Jataí, onde temos a pré-candidata prefeita Flaviane (Scopel), que já disputou eleição lá; em Rio Verde, temos o dr. Osvaldo, que também disputou a última eleição e é pré-candidato pelo partido; no Entorno de Brasília, o nosso

ex-presidente Hildo do Candango tem feito esse trabalho, coordenando para termos nomes com viabilidade política nas principais cidades. Esse é o trabalho que temos feito, buscar lideranças com viabilidade política dos municípios que queiram vir para o partido para podermos auxiliá-los nessas eleições.

O Republicanos é um partido de direita ou centro-direita. Há alguma restrição ou alguma preferência em relação às alianças?

Naturalmente, por ser um partido conservador de centro-direita, é lógico que, em praticamente todos os municípios, tendemos a compor com partidos com a mesma linha ideológica que a nossa. Até mesmo porque os pré-candidatos que procuram o Republicanos para se filiarem também têm esse perfil. Não posso dizer que 100%, mas com certeza a maioria das nossas alianças será com os partidos e candidatos que comungam das mesmas ideologias nossas como pessoas e também na questão partidária.

Mas há restrição a algum partido?

Não, porque deixamos muito aberto para os pré-candidatos conduzirem as composições dos municípios, mas, como eu disse, é quase que uma unanimidade: os pré-candidatos que nos procuram também têm uma linha conservadora e defendem uma ideologia mais à direita. Naturalmente, esses pré-candidatos também buscarão os partidos que tenham essa mesma ideologia. Mas é claro que deixamos isso aberto para os pré-candidatos fazerem essas definições nos seus respectivos municípios.

APLICATIVOS

Turmas do TST reconhecem vínculo

Advogado Murilo Chaves acredita que STF vai decidir sobre motoristas e plataformas

Carla Borges

Conceitos como a gamificação do trabalho e a subordinação algorítmica têm consolidado uma tendência na Justiça do Trabalho de reconhecimento de vínculo empregatício entre trabalhadores por aplicativos e plataformas. Levantamento feito pelo portal Consultor Jurídico mostra que em setembro consolidou-se uma virada na Justiça do Trabalho, quando, reconhecendo decisões de primeira e segunda instância, a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu o vínculo empregatício de um entregador da Uber (Uber Eats), o que levou a um desempate no Tribunal.

Com a decisão, a 2ª, a 3ª, a 6ª e a 8ª Turmas do TST reconhecem esses trabalhadores como empregados dos aplicativos, enquanto as Turmas 1ª, 4ª e 5ª não veem os elementos necessários para caracterizar a relação de emprego. A mudança no entendimento de juízes, tribunais e de turmas do TST está fundamentada em conceitos como a gamificação do trabalho (uso de técnicas de jogos para gerir a relação laboral, com estabelecimento de metas e premiações) e a substituição do preposto

Divulgação



Murilo Chaves: "Há necessidade de regulamentação"

pelo algoritmo dos aplicativos, que, no entendimento dos julgadores, tem funcionado como um chefe de fato do trabalhador.

Em setembro houve duas decisões marcantes baseadas nesses conceitos, ordenando que as empresas Uber e Rappi contratassem formalmente seus trabalhadores de acordo com as regras trabalhistas do país. Ambas tiveram origem em ações civis públicas movidas a partir de inquéritos conduzidos pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), por isso têm extensão nacional. Uma veio da Vara do Trabalho de São Paulo e outra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista). A da 2ª Turma do TST foi provocada por um caso individual, também presentes os argumentos do uso de recursos de jogos e algoritmo para caracterizar os requisitos da relação de trabalho.

SUPREMO

Para o advogado trabalhista Murilo Chaves, por mais que haja essa tendência das turmas do TST, umas de reconhecer o vínculo, outras não, a decisão deve ser levada para o Supremo Tribunal Federal (STF), a quem cabe uma reclamação constitucional nessa questão, em sua análise. "Existem esses novos conceitos, de gamificação do trabalho e subordinação algorítmica, que vêm sendo admitidos com propriedade", pontua o advogado.

"A tendência, pelo que vemos de decisões de natureza trabalhista dos ministros do Supremo, é que se siga a tendência mundial, que é de falar que não existe vínculo de emprego entre os trabalhadores e as plataformas, mas que há uma necessidade de regulamentação", adianta, citando como exemplo obrigar a plataforma a fazer uma previdência privada para esses trabalhadores, a fornecer um mínimo de condições de trabalho. "Talvez uma estrutura fixa, um posto de apoio para água e banheiro, algo nesse sentido", acredita Murilo. "Regulamentar, mas sem reconhecer o vínculo. Pessoalmente, penso que seria a decisão mais acertada mesmo", conclui.

Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Descumprimento de acordo de não persecução

A lei não impõe a necessidade de intimação do investigado, mesmo por edital, para que ele justifique o descumprimento das condições pactuadas em acordo de não persecução penal (ANPP). Com esse entendimento, a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve acórdão do TJ-GO que negou o pedido da defesa para que o investigado fosse intimado por edital e pudesse se justificar antes da rescisão do ANPP.

Sumiu

O recurso foi apresentado pela Defensoria Pública de Goiás, que defende o beneficiado pelo acordo. A DPE-GO propôs agravo regimental para que o réu fosse intimado por meio de publicação de edital, o que, na avaliação dos ministros do STJ, não tem previsão em lei. Nas duas tentativas de intimação, os parentes informaram que ele não morava no endereço apresentado à Justiça e não tinham notícias dele.

Ciência das consequências

O relator do habeas corpus, desembargador convocado Jesuíno Rissato, destacou que, com a não localização do investigado, ficou configurado o descumprimento das condições impostas no ANPP, especialmente o dever de comunicar eventual mudança de endereço ou telefone. Com isso, ficou mantida a decisão que negou nova tentativa de intimação antes da rescisão do ANPP.



Goiana na lista ao TRF

A advogada goiana Liz Marília Guedes Vecci Mendonça (foto) integra uma das listas sêxtuplas formadas pelo Conselho Federal da OAB para preenchimento das duas vagas disponíveis para desembargador(a) do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). As vagas são resultantes do Quinto Constitucional da Advocacia, estabelecido pela Lei 14.253/2021 devido à expansão da Corte.

Ida ao banheiro

A 3ª Turma do TRT da 18ª Região (GO) negou provimento ao recurso do Ministério Público do Trabalho e manteve a sentença da Justiça do Trabalho em Luziânia, que entendeu não caracterizar assédio moral a fixação de tempo máximo de 10 minutos para o empregado permanecer no banheiro.

Tempo suficiente

O colegiado entendeu que, em condições normais, esse tempo é suficiente para a realização das necessidades fisiológicas, considerando a desnecessidade de prévia autorização e a inexistência de limitação da quantidade de vezes em que o empregado pode ir ao banheiro.

Constrangimento

O MPT-GO questionava uma regra do Vapt-Vupt de Cristalina acerca do tempo de permanência dos empregados nos banheiros e alegou a ocorrência de constrangimentos supostamente praticados pelo coordenador do Vapt-Vupt em relação à ausência no posto de atendimento, para uso de banheiro e consumo de água com o controle exagerado das pausas.

Nomeação na PF

A 11ª Turma do TRF-1 negou as apelações do Cebraspe e da União contra a sentença que julgou procedente o pedido para anular o ato que havia excluído uma candidata das vagas reservadas aos candidatos negros e determinou a sua nomeação no cargo de Agente da Polícia Federal.



Faremos o que for necessário para julgar todos os processos envolvendo a violência doméstica e familiar e o feminicídio no tempo mais curto possível

Carlos França, presidente do TJ-GO



CÂMARA

CCJ aprova emendas ao novo Código de Posturas

Área de preservação permanente de córregos será reduzida de 50 para 30 metros

Da Redação

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Câmara Municipal começou a analisar as emendas ao projeto de lei do novo Código de Posturas (PLC 16/2022), na tarde da quarta, 25, em reunião extraordinária. Foram votados 41 artigos constantes em 14 das 37 emendas apresentadas pelos parlamentares. A vereadora Sabrina Garcez (Republicanos) é a relatora na comissão das propostas de modificação.



Mariana Capelelli

CCJ aprovou importantes alterações no Código de Posturas

Foram aprovados, seguindo o voto pela aprovação da relatora, 28 artigos. Entre eles, o do vereador Anselmo Pereira (MDB), que reduz a exigência de cadastro e licença na Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) e na Comurg para geradores de resíduos dos serviços de saúde. Sabrina explicou que, por estarem cadastrados na Vigilância Sanitária, eles já

seguem regramento próprio para a destinação correta dos resíduos.

Foram orientados pela relatora a aprovação de cinco artigos, mas, durante a votação, houve pedidos de votos em separado e foram rejeitados. Quatro deles são do vereador Leo José (Republicanos) e tratam de regras para a instalação e localização de outdoors comuns e

luminosos.

Seis artigos foram rejeitados pela relatora e mantidos pelos vereadores. Três deles são do vereador Henrique Alves (MDB) e fazem alterações no Plano Diretor. Um deles estabelece prazo para cadastramento de todos os equipamentos fixos e permissionários dos mercados municipais, prevendo ainda que seja realizada licitação

para novos permissionários.

A uma emenda do vereador Sargento Novandir (Avante) foi pedida rejeição, mas os vereadores a aprovaram. Ela trata da diminuição da área de preservação permanente de córregos com até 2,5 metros de largura de 50 para 30 metros. Segundo o autor da emenda, o texto ajusta a legislação municipal à federal, o que pode beneficiar famílias mais pobres que vivem a margem desses cursos d'água em Goiânia.

Já um artigo da Emenda N° 11, de autoria de Pedro Azulão Júnior (PSB), foi rejeitado no relatório, mas aprovado pelos vereadores após o pedido de voto em separado pela aprovação do vereador Welton Lemos (Podemos). O artigo permite que pitdogs usem tendas removíveis em frente aos estabelecimentos, o que atualmente é feito sem previsão na legislação municipal.

GOVERNO DE GOIÁS

GOIÁS CRESCE SEM PARAR HÁ 30 MESES SEGUIDOS.

A notícia que está rodando o Brasil, os goianos já conhecem faz tempo.

Goiás cresce por 30 meses consecutivos

Dados do Banco Central apontam números positivos de atividade econômica e geração de empregos, puxados pelo agronegócio e indústria.

Banco Central confirma crescimento de Goiás acima da média e índice recorde de atividade econômica

Considerado um prévio do PIB, esse máximo histórico é resultado do crescimento de 7,3% no 1º trimestre de 2023, em comparação com os últimos três meses de 2022.

GOIÁS É O ESTADO COM MAIOR POTENCIAL DE MERCADO DO PAÍS. APONTA PESQUISA

Estado subiu sete posições em comparação ao Ranking de Competitividade dos Estados feito no ano passado.

NOSSO ESTADO CRESCEU, SÓ EM 2022, 6,6%. MAIS DO QUE O DOBRO DO RESULTADO NACIONAL.

Lideramos a geração de empregos, aumentamos nosso PIB acima da média do Brasil e criamos o maior programa social da história.

E sabe quem cresce junto? Os goianos, que hoje contam com mais qualidade de vida, renda acima da média e um orgulho que não para de aumentar.

GOIÁS ATINGE MENOR TAXA DE DESEMPREGO NOS ÚLTIMOS ANOS

Governo de Goiás leva qualificação profissional a pessoas em vulnerabilidade

GOIÁS

O ESTADO QUE DÁ CERTO

GOIÁS, O ESTADO QUE DÁ CERTO E TEM O MELHOR GOVERNO DO BRASIL.

OBRA

Caiado entrega restauração e alargamento da GO-206, em Itumbiara

Hegon Correa

Investimento total na obra foi de R\$ 20,8 milhões, sendo R\$ 17,1 milhões do Governo de Goiás e R\$ 3,7 milhões da prefeitura de Itumbiara



Restauração e alargamento da GO-206 teve investimento de R\$ 17,1 milhões do Governo de Goiás

Da Redação

O governador Ronaldo Caiado entregou para a população de Itumbiara a restauração e alargamento da GO-206 — trecho conhecido como Avenida Modesto de Carvalho — na manhã da quinta-feira, 26. A obra garante melhor trafegabilidade ao usuário que chega ao município, localiza-

do na região sul do estado. O investimento total foi de R\$ 20,8 milhões, sendo R\$ 17,1 milhões do Governo de Goiás e R\$ 3,7 milhões da prefeitura de Itumbiara, divididos entre o portal, paisagismo e iluminação.

A restauração chegou a ser lançada em governos anteriores, inclusive com ordem de serviço assinada, mas

nunca saiu do papel. “Governar não é ficar soltando foguete, enganando a opinião, usando a boa-fé das pessoas e não entregando aquilo que elas merecem. Não se ilude cidadão fazendo promessa. Governo se faz com planejamento e trabalho”, frisou Caiado. Em 2020, a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

(Goinfra) revisou todo o processo que estava inadequado, incluiu a execução de galeria de águas pluviais e fez ajustes em toda extensão da pista.

A transformação com a recuperação da Avenida Modesto Carvalho é considerada “emblemática” por Caiado. “Era um ambiente não compatível com Itumbiara. Você via água pluvial, não tinha sequer

dreno. Quando chovia aqui inundava as lojas todas da região. Ninguém circulava por isso aqui, toda esburacada, suja, enlameada, uma cidade que estava encardida. Hoje a gente vê a transformação”, destacou o governador.

O trecho possui 6,5 quilômetros de extensão, em pista dupla, com asfalto CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), com espessura de cinco centímetros. Além do alargamento da pista, com 9,5 metros de largura, foi realizado também o paisagismo, iluminação de LED e implantação do portal da entrada.

Foi entregue ainda pelo governo estadual, durante a solenidade, a quadra coberta do Centro de Educação em Período Integral (CEPI) Homero Orlando Ribeiro. A obra recebeu aporte de R\$ 450 mil. A escola recebeu passarela de acesso e caixa de captação de água pluvial.

MORADIA

Governo entrega 50 casas a custo zero em Bom Jesus de Goiás

Lucas Diener

O município de Bom Jesus de Goiás, distante 226 quilômetros de Goiânia, foi contemplado na quinta-feira, 26, com a entrega de 50 casas populares a custo zero pelo Governo de Goiás. “Entregar moradia é ter responsabilidade social, cuidado com as pessoas”, destacou o governador Ronaldo Caiado ao repassar as chaves das moradias do programa Pra Ter Onde Morar — Construção, sem nenhum custo de entrada ou financiamento para as famílias.

Caiado fez questão de ressaltar que o trabalho na iniciativa ocorre em parceria com as prefeituras, que cedem o terreno para as construções. Executado pela Agência Goiana de Habitação (Agehab) e Secretaria de Estado da Infraestrutura

(Seinfra), o Programa Pra Ter Onde Morar atende famílias em situação de vulnerabilidade social, com renda de até um salário mínimo e inscrição no CadÚnico. Com a chave em mãos, elas já podem preparar a mudança. Isso porque os imóveis contam com toda a infraestrutura de energia elétrica e fornecimento de água.

Beneficiada, Atevânia Calista de Jesus, já iria mudar para a nova residência na quinta-feira junto com os seis filhos. “Estava morando com a minha mãe e agora tenho minha casa. Estou muito satisfeita, agradeço a todos. Estou muito feliz”, disse no palco ao receber as chaves do governador Ronaldo Caiado.

Durante a entrega, o presidente da Agehab, Alexandre



Atevânia Calista de Jesus recebe do governador Ronaldo Caiado as chaves de sua casa, onde vai morar com os seis filhos

Baldy, destacou que Goiás é o único estado brasileiro que investe na modalidade, com imóveis 100% custeados pelo Tesouro. “Em Bom Jesus, o recurso empregado foi de R\$ 5,2 milhões. Estamos trabalhando firme e fortemente para entregar mais sonhos. E

é uma casa de elevado padrão de qualidade”, afirmou.

O prefeito de Bom Jesus de Goiás, Adair Henriques Silva, confessou estar emocionado com a entrega. “Entrei aqui chorando de alegria. As casas chegam na hora certa para os moradores da nossa cidade”,

afirmou. “O governador em momento nenhum deixa de atender os nossos pedidos, nossas reivindicações. É muito tranquilo nas ações para atender os prefeitos”, frisou.

RITMO ACELERADO

Em outubro, o calendário de entregas de casas a custo zero contemplou Damolândia, com 27 casas; Campestre (50); Firminópolis (40); Padre Bernardo (32); Córrego do Ouro (31); e Cristianópolis (50). Ainda para esta semana está prevista a entrega de 26 moradias em Itaguara, totalizando 306 unidades no mês. Em todo o estado houve contratação para construção de 6 mil domicílios. A meta do Governo de Goiás é chegar a 10 mil moradias a custo zero até 2026.

Inaugurada primeira fábrica de processamento de Proteína Concentrada de Soja

O governador Ronaldo Caiado participou da inauguração da primeira fábrica de processamento de Proteína Concentrada de Soja (SPC) do estado, na quinta-feira, 26, em Itumbiara, no sul goiano. A unidade integra o complexo industrial da Caramuru

Alimentos e terá capacidade de produzir 90 mil toneladas de SPC por ano, além de 30 mil toneladas de melaço de soja. O evento contou com a presença do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin,

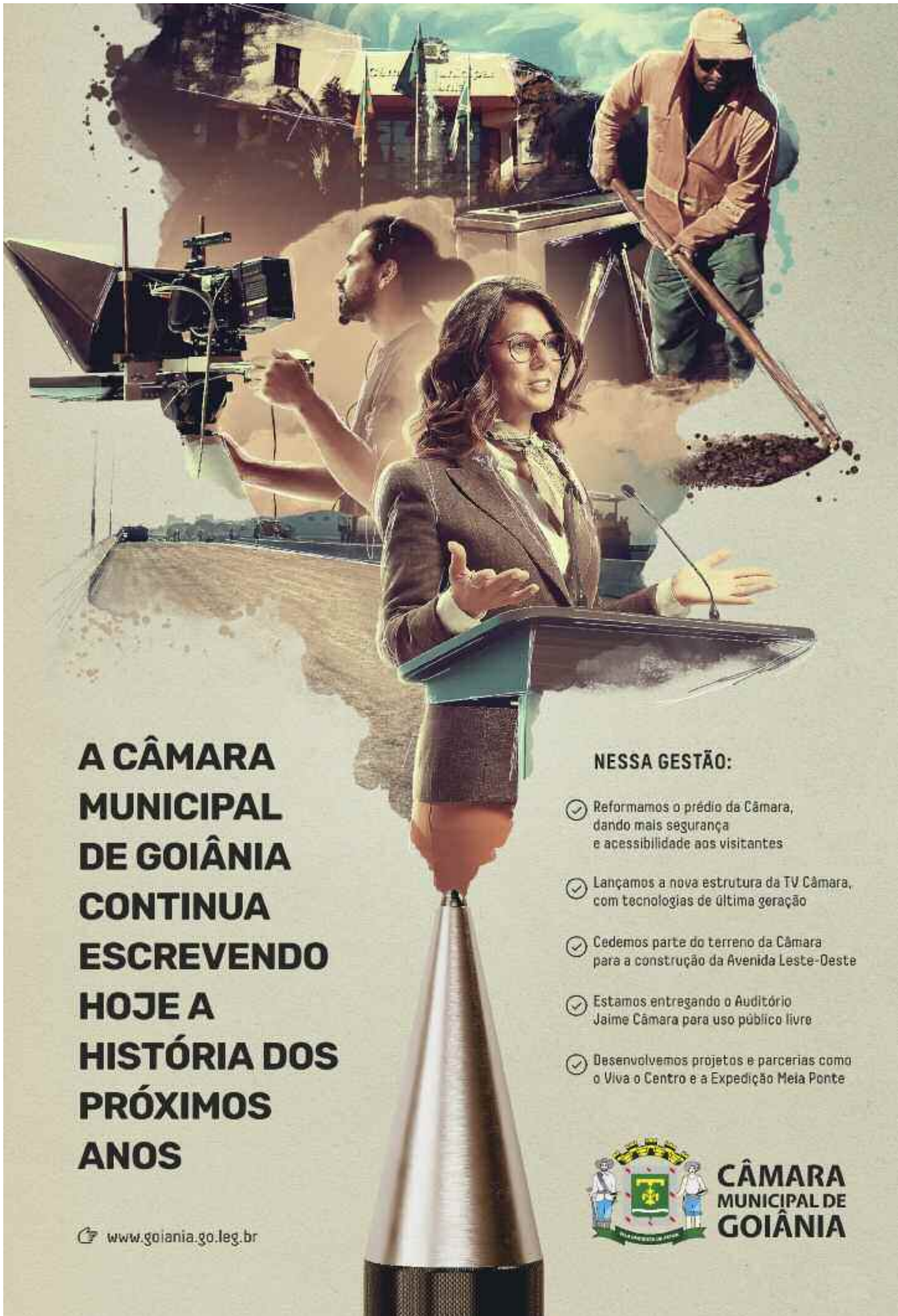
que acompanhou Caiado em visita às instalações.

O governador agradeceu o empenho do vice-presidente em atenção às demandas de Goiás e destacou a prioridade da gestão estadual em atrair indústrias de ponta. “Esta proteína concentrada mostra o quanto a tecnologia está che-

gando. Vamos ampliar a capacidade de pesquisa e viabilizar que os talentos de Goiás sejam apoiados pelas nossas universidades e pelas áreas do governo responsáveis por esse setor”, projetou Caiado.

Geraldo Alckmin ressaltou o contexto econômico pujante e classificou o estado

como “capital do desenvolvimento”, ao lembrar que essa é a terceira inauguração de indústria de que participou em Goiás nos últimos quatro meses. “Esse é um setor que vai crescer muito. É o que eu chamo de neointustrialização: uma indústria inovadora e verde”, avaliou.



A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA CONTINUA ESCREVENDO HOJE A HISTÓRIA DOS PRÓXIMOS ANOS

NESSA GESTÃO:

- ✓ Reformamos o prédio da Câmara, dando mais segurança e acessibilidade aos visitantes
- ✓ Lançamos a nova estrutura da TV Câmara, com tecnologias de última geração
- ✓ Cedemos parte do terreno da Câmara para a construção da Avenida Leste-Deste
- ✓ Estamos entregando o Auditório Jaime Câmara para uso público livre
- ✓ Desenvolvemos projetos e parcerias como o Viva o Centro e a Expedição Meia Ponte

www.goiania.go.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA

MEIO AMBIENTE

25% das barragens em Goiás estão registradas no Sistema de Segurança

Semad

Estado tem mais de 40 mil barragens, o cadastro é obrigatório e quem não se regularizar pode ser multado em até R\$ 50 milhões

Dhayane Marques

Goiás é um dos estados brasileiros com maior número de barragens, tanto de água quanto de rejeitos de mineração. Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), há mais de 40 mil barramentos no Estado, mas apenas 10 mil estão cadastrados no Sistema Estadual de Segurança de Barragens (Seisb). O cadastro é gratuito e 100% online e tem como objetivo garantir a

segurança física das estruturas e evitar danos a vidas e ao patrimônio público.

O prazo para se cadastrar no Seisb terminaria no dia 31 de outubro de 2023, mas na quarta-feira, 25, os deputados aprovaram, de maneira definitiva, o projeto de lei nº 1129/23 que estabelece a prorrogação até dia 30 de abril de 2024, para a regularização de barragens em cursos hídricos em Goiás. Quem não se regularizar até essa data pode ser multado em até R\$ 50 milhões, conforme a Lei Estadual nº 20.694/2019. Além do cadastro, os proprietários de barragem precisam providenciar a outorga de direito para uso de água e o licenciamento ambiental, que tratam da disponibilidade hídrica na bacia hidrográfica e dos impactos ambientais decorrentes dos barramentos.

A secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás, Andréa Vulcanis, explica que a política de regularização de barragens começou em Goiás em 2019, depois dos desastres de



A Semad informou que 10 mil barragens estão cadastradas no Seisb, de um total de 40 mil no estado

Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, que causaram centenas de mortes e graves danos ambientais. "Depois desses, vários acidentes importantes em barragens de água aconteceram, também em Goiás, graças a Deus, sem vítimas humanas. O mais recente acidente, na Líbia, no último mês, matou milhares de pessoas", lembra Vulcanis.

Ela ressalta que o governo

de Goiás estabeleceu todos os procedimentos, concedeu prazos de regularização, estabeleceu prorrogações e permitiu que todos tivessem o tempo necessário para se regularizar. "Mas ainda há aqueles que deixaram para a última hora e para esses a recomendação é que agilizem sua regularização e evitem sanções e penalidades", completa.

Risco de rompimento: as 11 maiores barragens de rejeitos de mineração

Goiás, um dos principais estados mineradores do Brasil, abriga 11 das maiores barragens de rejeitos de mineração do país. Essas barragens, que armazenam resíduos de nióbio, fosfato, ouro, cobre, cobalto e níquel, são classificadas como categoria A ou B pela Agência Nacional de Mineração (ANM), com base no potencial de dano ambiental associado.

As barragens classificadas

como categoria A são aquelas que apresentam alto potencial associado ao dano ambiental. Já as barragens classificadas como categoria B são aquelas que apresentam médio potencial associado ao dano ambiental. Em caso de rompimento dessas estruturas, as consequências podem ser devastadoras para o meio ambiente e as populações afetadas.

As barragens estão locali-

zadas em Catalão, Crixás, Niquelândia, Barro Alto, Americano do Brasil e Alto Horizonte. A Barragem do Córrego do Sítio em Alto Horizonte é a maior delas, com capacidade para armazenar 37 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Em caso de ruptura, as consequências para o meio ambiente e as populações afetadas podem ser devastadoras.

A ANM realiza a fiscaliza-

ção dessas barragens para garantir o cumprimento das normas de segurança e a realização de inspeções periódicas. Além disso, cada barragem deve ter um Plano de Ação de Emergência (PAE). Informações adicionais sobre as barragens podem ser consultadas no Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração (SIGBM) disponível no site da ANM.

FINADOS

Variação de preços de flores surpreende em Goiânia

Uma pesquisa do Procon Goiânia, divulgada na quinta-feira, 26, mostrou que os preços de 28 produtos para o Dia de Finados variam até 203% em sete estabelecimentos comerciais da Capital. O maço de crisântemos foi o item que teve a maior variação, custando de R\$ 9,90 a R\$ 30,00. Outras flores como azaléia, lírio e gérbera também apresentaram diferenças significativas de preços.

O Procon Goiânia orienta os consumidores a pesquisar antes de comprar e a aproveitar as ofertas dos produtos mais baratos, podendo economizar até R\$ 104,30 em quatro itens. A pesquisa também apontou que a coroa de flores pequena foi o produto que teve a menor variação, de R\$ 150 a R\$ 200. A coroa de flores média, a rosa comum e o vaso de flores mistas também tiveram variações menores, mas ainda assim podem representar uma economia de R\$ 170 se comprados pelos menores preços.



Preços de flores para o Dia de Finados variam até 203%

ARBORIZAÇÃO

Goiânia se prepara para o maior plantio de árvores da cidade

Uma área degradada no Residencial Jardins do Cerrado 2 está em preparação para receber o ArborizaGYN 3.0. Este evento de reflorestamento, que será realizado em uma Área de Preservação Permanente (APP), simboliza os 90 anos de Goiânia.

"Este será o maior plantio de árvores de Goiânia, cobrindo uma área de quatro quilômetros. Contamos com a participação da população", afirma o prefeito Rogério Cruz.

A área designada para o plantio tem sido objeto de preparativos intensivos há pouco mais de um mês. A equipe operacional da Agência Municipal do Meio Ambiente (Amma) realizou a limpeza completa do local e a descompactação do solo, criando assim as condições ideais para o crescimento das mudas.

Em 2021, a Amma realizou operações para combater o desmatamento e desapropriar invasores na área

que agora será reflorestada. "O objetivo é que no dia do plantio, o local esteja totalmente preparado para receber a ação de reflorestamento", explica Luan Alves, presidente da Amma.

As mudas que serão plantadas são nativas do Cerrado, incluindo espécies como ipês, pequizeiros, jatobás, cagaitas, guapevas, sombreiros, angicos, aroeiras e mangabas. Todas as mudas estão sendo cuidadosamente preparadas no

viveiro da Amma.

RESULTADO

Nas edições anteriores do programa ArborizaGyn, foram plantadas 62 mil mudas em 2021 (edição 1.0) e 50 mil em 2022 (edição 2.0). Goiânia é a segunda capital mais verde do mundo, perdendo apenas para Edmont, no Canadá. A cidade possui mais de 205 áreas verdes, sendo a maioria delas com nascentes.

Dados do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, apontam que Goiânia possui 94 metros quadrados de área verde por habitante, superando em muito os 12 metros por habitante recomendados pelas Nações Unidas. Desde 2021, na gestão do prefeito Rogério, já foram plantadas 292 mil mudas de árvores. Estima-se que em 2022 Goiânia tenha batido recorde com o plantio de 199P09mudas de árvores.

ESCOLA

EXAME

Goiás se destaca com alta participação no Enem

Com a segunda maior taxa de inscrição entre os concluintes do ensino médio, Goiás demonstra o valor do Enem como uma porta de entrada para a graduação

Dhayane Marques

Goiás se destaca no cenário nacional pela alta participação de seus estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 77% dos estudantes goianos que concluíram o ensino médio se inscreveram no exame. Esse é o segundo maior percentual do país, ficando atrás apenas do Ceará, com 83%. A média nacional foi de 52%.

O Enem é a principal forma de ingressar em uma faculdade no Brasil, seja pública ou privada. Com a nota do exame, os candidatos podem concorrer a vagas em universidades e institutos federais pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), a bolsas de estudo em instituições particulares pelo Programa

Universidade Para Todos (ProUni), a financiamento estudantil pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a seleções próprias de algumas faculdades e até a cursos superiores em Portugal, por meio de uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com instituições portuguesas.

Além disso, o Enem é uma forma de avaliar o desempenho dos estudantes ao final da educação básica e de subsidiar políticas públicas para a melhoria da qualidade do ensino.

Goiás tem uma oferta diversificada de cursos superiores nas redes pública e privada e nas modalidades presencial e a distância. Segundo o Censo da Educação Superior, o estado tinha 1.026 cursos presenciais em 2022, sendo 622 na rede privada e 404 na rede pública. Os cursos com mais vagas presenciais na rede pública eram Pedagogia, Direito e Administração. Os cursos mais concorridos na

rede pública eram Medicina, Engenharia Aeroespacial e Engenharia Aeronáutica.

Na modalidade a distância, Goiás tinha 1.021 cursos em 2022, sendo 1.012 na rede privada e nove na rede pública. Os cursos com mais vagas a distância na rede privada eram Pedagogia, Administração e Ciências Contábeis.

O Censo da Educação Superior também revelou que Goiás tinha 316.865 estudantes matriculados em cursos superiores em 2022, sendo 204.125 na rede privada e 112.740 na rede pública. Desse total, 214.371 eram estudantes presenciais e 102.494 eram estudantes a distância.

UMA PORTA DE ENTRADA ESSENCIAL PARA O ENSINO SUPERIOR

Apesar da importância do Enem para o acesso ao ensino superior, o número de inscritos no exame tem caído nos últimos anos em todo o país. Em 2016, foram registrados 8,6 milhões de inscritos, o maior número da história do exame. Em 2021, foram apenas 3,1 milhões, o menor número desde 2005.

Entre os fatores que podem explicar essa queda estão a pandemia da Covid-19, que afetou a rotina escolar e a preparação dos estu-



Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

Mesmo com menos inscritos recentemente, o Enem ainda é crucial para o acesso democrático ao ensino superior

dantes; a falta de recursos para pagar a taxa de inscrição; a desmotivação com os estudos; a dificuldade de acesso à internet; e a incerteza sobre o futuro da educação superior no país.

A educação superior enfrenta diversos desafios no Brasil, como o contingenciamento de recursos públicos, a redução do investimento privado, os ataques à autonomia das universidades públicas, a precarização das condições de trabalho dos professores e servidores, a evasão e a inadimplência dos estudantes, entre outros.

Diante desse cenário, é fundamental que os estudantes goianos que desejam fazer um curso superior se preparem para o Enem e aproveitem as oportunidades que o exame oferece. O Enem é uma ferramenta de democratização do acesso à educação superior e de desenvolvimento social e econômico do país.

INCLUSÃO

Senado aprova projeto que amplia cotas no ensino federal

O Senado Federal aprovou, na última terça-feira, o projeto de lei que reformula e amplia o sistema de cotas no ensino federal. A proposta, que vai para a sanção do presidente, beneficia estudantes de baixa renda, negros, indígenas e quilombolas que queiram ingressar nas instituições federais de ensino superior ou técnico.

O projeto foi elaborado com base em estudos e reuniões técnicas promovidos pelo Ministério da Educação (MEC), que buscou atender às recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a política de cotas. O ministro da Educação, Camilo Santana, comemorou a aprovação e disse que o momento é histórico para o Brasil e para o combate às desigualdades na educação.

ENSINO MÉDIO

Governo propõe mudanças e retoma disciplinas obrigatórias

O governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que altera a Política Nacional de Ensino Médio, aprovada em 2017. A proposta visa atender às demandas de entidades, estudantes, professores e especialistas que criticaram as mudanças no currículo dessa etapa de ensino.

O projeto de lei foi apresentado pelo ministro da Educação, Camilo Santana, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião no Palácio do Planalto, na terça-feira, 24. O ministro afirmou que a proposta é resultado de ampla consulta e debate público e que busca oferecer mais oportunidades e qualidade para a juventude.

O projeto de lei também prevê que as redes de ensino poderão oferecer de forma excepcional a Formação Básica de 2,1 mil horas, desde que articulada com um curso técnico de, no mínimo, 800 horas. Além disso, o projeto de lei determina a construção de parâmetros nacionais para a organização dos percursos e integração de estudos definindo quais componentes curriculares deverão ser priorizados em cada um deles.

O novo ensino médio foi aprovado em 2017 com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa e evitar a evasão escolar. Pelo modelo atual, parte das aulas é comum a todos os estudantes

SAIBA MAIS

Entre as principais mudanças propostas pelo projeto de lei estão:

- ✓ Aumento da carga horária da Formação Básica para 2,4 mil horas.
- ✓ Retorno de todas as disciplinas obrigatórias, incluindo língua espanhola.
- ✓ Definição de quatro Percursos de Aprofundamento e Integração de Estudos.
- ✓ Vedação da oferta dos componentes curriculares da formação geral básica na modalidade de educação à distância.
- ✓ Revogação da inclusão de profissionais não licenciados na categoria de magistério.

do país, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na outra parte da formação, os próprios estudantes podem escolher um itinerário

para aprofundar o aprendizado. As opções permitem ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico.

A implementação do novo ensino médio deverá ser feita de forma escalonada até 2024. Em 2022, teve início a ampliação da carga horária (para cinco horas diárias) para os alunos do 1º ano do ensino médio. Pela lei atual, as escolas devem ampliar a carga horária para 1,4 mil horas anuais, o equivalente a sete horas diárias.

No entanto, as mudanças foram alvo de diversas críticas, especialmente das entidades estudantis e de professores. O governo federal abriu, neste ano, uma consulta em que foram ouvidos mais de 130 mil alunos, além de entidades de classe e governos estaduais, para reformular a política.



Dhayane Marques dhayanemarques@hotmail.com



Divulgação

Crescimento

A economia de Goiás cresceu 6,3% em agosto, marcando o 31º mês consecutivo de crescimento. O estado ocupa a segunda posição nacional no Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR). O governador Ronaldo Caiado atribui o crescimento à recuperação econômica pós-pandemia e à atração de novos negócios.

Perspectiva

Goiás apresentou um aumento acumulado de 5,85% no ano e um crescimento de 4,65% nos últimos 12 meses. A Secretaria-Geral de Governo destaca que o índice do estado está acima da média nacional. O diretor-executivo do IMB projeta mais avanços para 2023.

Nacional

O Brasil apresentou crescimento econômico de 3,06% no acumulado do ano. Na variação interanual, o aumento foi de 1,28%; seguido pelo crescimento de 2,82% na variação acumulada nos últimos 12 meses.

Inadimplência

A inadimplência em Goiás cresceu 0,08% de agosto para setembro de 2023, abaixo da média do Centro-Oeste (0,70%). A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Goiás (FCDL-GO) destaca que um em cada três consumidores tinha dívidas de até R\$ 500. A expectativa é de um forte impulso nas compras na Black Friday e no Natal.



Divulgação

Iluminação

Em comemoração ao aniversário de 90 anos da capital, a Equatorial Goiás iniciou a substituição de 776 lâmpadas e luminárias de 14 praças de Goiânia. A companhia está investindo mais de R\$ 900 mil na obra de eficiência energética, que prevê a instalação de lâmpadas de LED, que são mais econômicas, eficientes e duram até 10 vezes mais que as comuns. A melhoria vai garantir uma economia expressiva na conta de energia da Prefeitura, de aproximadamente R\$ 750 mil por ano.

iStock



Trabalhadores de aplicativos ganham menos e trabalham mais, aponta IBGE

Motoristas e motoboys que trabalham por meio de aplicativos ganham menos e trabalham mais do que os que atuam fora das plataformas, segundo dados do IBGE. A pesquisa, divulgada na quarta-feira, 25, mostra que os profissionais de transporte rodoviário de passageiros e de entrega por aplicativo recebem cerca de 75% do rendimento por hora dos que não usam esses serviços. Além disso, eles têm jornadas semanais mais longas e rendimentos mensais menores. O IBGE estima que havia 1,5 milhão de pessoas ocupadas nessas atividades em 2022, sendo que mais da metade trabalhava por meio de aplicativos.

A maioria dos motoristas e motoboys que trabalham por meio de aplicativos não contribui com a Previdência Social, segundo dados do IBGE. Eles ganham menos, trabalham mais e não têm direitos trabalhistas garantidos. A situação deles é mais precária do que a dos que atuam fora das plataformas. A falta de proteção social pode trazer graves consequências para esses trabalhadores e suas famílias.

Precarização

A pesquisa do IBGE revela a precarização do trabalho dos motoristas e motoboys que atuam por meio de aplicativos. Eles não têm vínculo empregatício, benefícios sociais, segurança no trabalho ou garantia de renda mínima. Além disso, eles arcam com os custos operacionais, como combustível, manutenção e impostos.

Demanda

A demanda por serviços de transporte rodoviário de passageiros e de entrega por aplicativo cresceu nos últimos anos, especialmente durante a pandemia de covid-19. Os aplicativos oferecem comodidade, rapidez e baixo custo para os usuários, mas também geram concorrência, exploração e desregulamentação para os trabalhadores.

Regulação

A regulação dos aplicativos de transporte e entrega é um tema polêmico e controverso no Brasil. Há diferentes propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional, que visam estabelecer regras para a atividade, como tributação, fiscalização, direitos trabalhistas e segurança. Os aplicativos defendem a liberdade de mercado e a autonomia dos trabalhadores, enquanto os sindicatos e as entidades representativas dos motoristas e motoboys reivindicam melhores condições de trabalho e renda.

Leilão

A CONAB realizará leilão eletrônico para aquisição de 12,2 mil toneladas de açúcar cristal em 27 de outubro de 2023. A operação visa atender às demandas do MDS. As empresas interessadas devem garantir a regularidade fiscal e trabalhista.

Qualidade

A qualidade da soja é determinada pelo percentual de grãos avariados. Defeitos como fermentação, ardência e imaturidade podem afetar o processamento dos grãos e a qualidade dos produtos obtidos.

Classificação

A classificação desempenha um papel fundamental na determinação da qualidade e do valor do produto. As empresas referenciam os termos ágio ou deságio ao decidir vender ou adquirir produtos com base em sua qualidade.

Umidade

A umidade dos grãos é um fator crucial para a qualidade. Muitos defeitos estão relacionados a processos químicos que ocorrem em ambientes úmidos. A redução do teor de umidade dos grãos é uma estratégia importante para garantir a conservação e a qualidade dos produtos agrícolas.

Empresas

Goiás bate recorde de empresas ativas e empregos formais em 2021, segundo IBGE. O estado tinha 202,6 mil unidades locais que empregavam 1,08 milhão de pessoas assalariadas. As atividades de informação e comunicação, profissionais, científicas e técnicas e saúde humana e serviços sociais foram as que mais cresceram.

Ocupação

Goiás registra o maior número de pessoal ocupado assalariado da série histórica em 2021, com saldo positivo de 27.562 pessoas. As atividades administrativas e serviços complementares, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e alojamento e alimentação foram as que mais geraram empregos. O secretário de Indústria, Comércio e Serviços elogia os dados.